



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular 2026/2027

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

1. Nome da Unidade curricular:

Justiça Constitucional

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☒ Anual ☐

Horas de Trabalho: _____

Créditos ECTS: _____

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

KAFFT KOSTA

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Não aplicável

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Pretende-se preparar o aluno para o domínio pleno do Direito Processual Constitucional (essencialmente), no campo teórico e no prático, nas seguintes vertentes:

1. Visão global dos sistemas de fiscalização da constitucionalidade;
2. Conceito de Inconstitucionalidade e Respetiva Tipologia;
3. Problema dos precedentes persuasivos em matéria constitucional;
4. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade pelo Tribunal Constitucional (vício, desvalor e sanção);
5. Efeitos da decisão dos restantes Tribunais, em matéria de constitucionalidade;
6. Relação entre, por um lado, o constitucionalismo *a-liberal* e iliberal e, por outro, a Justiça Constitucional;
7. O estatuto e a missão do Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional no meio de pressões deslegitimadoras (políticas, sociais e judiciais).

6. Conteúdos programáticos:

▲ Temas Focais do Curso:

- A) Precedentes Persuasivos em Matéria Constitucional
- B) Constitucionalismo *a-liberal* e iliberal e Justiça Constitucional.
- C) O Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional no meio de pressões deslegitimadoras (políticas, sociais e judiciais).

▲ Desenvolvimento dos Temas Focais do Curso

A) Precedentes Persuasivos em Matéria Constitucional

aa) Tópicos destacáveis no tema:

- 1.1 Princípios constitucionais estruturantes.
- 1.2 O Tribunal Constitucional e a irradiação vertical vinculante das suas decisões.
- 1.3 O Direito Constitucional Comparado e os precedentes.
- 1.4 Separação de poderes ou ultra-activismo frenético judicial e judiciário?



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 1.5 Os tribunais nacionais (maxime, Tribunal Constitucional) e o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE):
- 1.5.1. *Reenvio pré-judicial necessário* para o TJUE.

B) Constitucionalismo *a-liberal* e iliberal e Justiça Constitucional.

aa) Tópicos destacáveis no tema:

- 1.1. Jurisdição constitucional nacional, TJUE, TEDH e a rede dialógica para a tutela dos valores e princípios democráticos.
- 1.2. Tribunal Constitucional arma de arremesso na *legítima defesa preventiva* contra actores antidemocracia?
- 1.3. Fronteiras da Justiça Constitucional.

C) O Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional no meio de pressões deslegitimadoras (políticas, sociais e judiciais).

aa) Tópicos destacáveis no tema:

- 1.1. Mecanismos de acesso ao lugar de Juiz Conselheiro de um Tribunal Constitucional: inventário de soluções colhidas no Direito Comparado. Crítica.
- 1.2. A orgânica do TC: inventário de soluções colhidas no Direito Comparado. Crítica.
- 1.3. A organização do sistema de justiça constitucional: inventário de soluções colhidas no Direito Comparado. Crítica.
- 1.4. A independência *ad extra* do Juiz Constitucional.
- 1.5. Tribunal Constitucional numa encruzilhada, 107 anos após a Constituição austríaca de 1920 e a consagração nela do Modelo Kelseniano de Justiça Constitucional.



PROGRAMA INTEGRAL DO CURSO

I

Visão Sinóptica dos Sistemas de Fiscalização da Constitucionalidade (um breve olhar juscomparativo: EUA; Áustria; França; Portugal; Brasil)

II

Conceito de Inconstitucionalidade e Respectiva Tipologia (Primeiras Linhas)

- 1. Garantia Constitucional e Meios de Garantia Constitucional
- 2. Garantia da Constituição e Garantia da Constitucionalidade
- 3. Garantia e Fiscalização
- 4. Premissas da Teoria Clássica da Inconstitucionalidade
- 5. Tópicos Sobre o Valor Paramétrico da Constituição
- 5.1. Delimitação do Problema
- 5.2. O Caso Específico do art. 277/1 CRP



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 5.3. Os Direitos Fundamentais e o Controlo da Constitucionalidade (*Juicio de Amparo? Verfassungsbeschwerde?*)
- 5.4. Arquétipos de *Parametricidade* (*Directa, Interposta e Pressuposta*)
- 6. Inconstitucionalidade de Normas Constitucionais?
 - 6.1. Interpelação a Otto Bachof
 - 6.2. A Linha do Tempo da Doutrina Portuguesa
- 7. Tipos de Inconstitucionalidade
 - 7.1. Inconstitucionalidade por acção e por omissão;
 - 7.2. Inconstitucionalidade total e parcial;
 - 7.3. Inconstitucionalidade formal, orgânica e material;
 - 7.4. Inconstitucionalidade originária e superveniente;
 - 7.5. Inconstitucionalidade antecedente e consequente;
 - 7.6. Inconstitucionalidade presente e pretérita.
- 8. Fiscalização da Constitucionalidade: Espécies e Critérios de Referência
 - 8.1. Fiscalização Política e Fiscalização Jurisdicional
 - 8.2. Fiscalização Difusa
 - 8.3. Fiscalização Concentrada
 - 8.4. Fiscalização de Actos (que actos?) vs. Fiscalização de *Normas* (que conceito de *norma*)- [Ac. 26/85 e 80/86 - conceito funcional de norma; Ac. 1058/96 - eficácia normativa externa enquanto requisito de sindicabilidade]
 - 8.5. Fiscalização por Via Incidental
 - 8.6. Fiscalização por Via Principal
 - 8.7. Fiscalização Preventiva (*Abstracta*)
 - 8.8. Fiscalização Sucessiva *Abstracta*
 - 8.9. Fiscalização Sucessiva Concreta [pressupostos de admissibilidade: Ac. 155/2000; Ac. 446/2000 – decisão-surpresa; Ac. 362/2000 – extemporaneidade do recurso;]
 - 8.9.1. *Iter* Processual do Recurso de Constitucionalidade
 - 8.10. O Modelo Português (sinopse)
 - 8.11. Fiscalização da Inconstitucionalidade por Omissão (os modelos português e brasileiro)
 - 8.12. Fiscalização da ilegalidade de Actos Legislativos



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

III

Precedentes Persuasivos em Matéria Constitucional

9. Princípios constitucionais estruturantes.
10. A comparativística.
11. O Tribunal Constitucional e a irradiação vertical vinculante das suas decisões.
 - 11.1. Os tribunais nacionais (*maxime*, Tribunal Constitucional) e o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE):
 - 11.2. *Reenvio pré-judicial necessário* para o TJUE.
12. Separação de poderes ou ultra-activismo frenético judicial e judiciário?

IV

Efeitos da Declaração da Inconstitucionalidade pelo Tribunal Constitucional (vício, desvalor e sanção)

12. Em Sede de Fiscalização Preventiva (Abstracta) – reflexões críticas
13. Em Sede de Fiscalização Sucessiva Abstracta (Nulidade radical? Nulidade *atípica*? *Sentença manipulativa*?) – reflexões críticas
 - 13.1. A modulação temporal da sanção.
 - 13.2. *A decisão com efeitos aditivos*
 - 13.3. *A decisão interpretativa de acolhimento (a inconstitucionalidade parcial qualitativa)*
 - 13.4. *A decisão interpretativa de rejeição (o topos da interpretação conforme à constituição)*

V

Efeitos da Decisão de Outros Tribunais (que não o Tribunal Constitucional) em Matéria de Constitucionalidade

VI

Breviário de Hermenêutica Constitucional

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

O aluno deve compreender, rigorosamente: os sistemas de controlo de constitucionalidade, na perspectiva do Direito Comparado; os mecanismos de controlo da constitucionalidade na ordem jurídica portuguesa; o conceito de inconstitucionalidade e respectiva tipologia; espécies de fiscalização; os efeitos da pronúncia ou declaração de inconstitucionalidade pelo Tribunal Constitucional, bem como os efeitos da decisão dos restantes Tribunais, em matéria de constitucionalidade; a questão do precedente em matéria constitucional; os desafios que o constitucionalismo *a-liberal* e iliberal colocam, hoje, à justiça constitucional; o estatuto e a missão do Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional no meio de pressões deslegitimadoras (políticas, sociais e judiciais).

8. Metodologias de ensino:

1. A primeira parte de cada aula consistirá numa lição teórica sobre os tópicos programados;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Na parte final de cada seminário, haverá lugar a discussões, apresentações de trabalhos pelos alunos e outras interações.

2. Realizar-se um *Moot Court* sobre um simulado caso de fiscalização da constitucionalidade, com distribuição de papéis na turma, conforme a estrutura e o funcionamento básicos de um Tribunal Constituição (em Secção ou em Plenário).

9. Avaliação:

Eis os pesos específicos dos elementos de avaliação:

- a) É exigida a assiduidade, nos termos do Regulamento de Avaliação, a, pelo menos, metade das aulas dadas. O incumprimento de tal requisito implica a não admissão do aluno à prova escrita.
- b) Assiduidade + Participação nas aulas (incluindo a apresentação de trabalhos, resposta a questionários, discussão): 50%;
- d) Prova escrita de avaliação final. Este teste é obrigatório e tem - na nota final - a ponderação de 50%.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

- Exposição (com recurso aos mais diversificados meios: oral, escrito e com projecção multimédia) - objetivo 1 a 7;
- Apresentação e Discussão de casos de estudo (na formação *Moot Court*, na modalidade de comentário de decisões judiciais, resolução de casos práticos ou debate sobre temas tecnicamente relevantes) em sala de aula com a participação dos alunos - objetivo 1 a 7.
- Os objectivos de aprendizagem estão em sintonia com os métodos indicados no Regulamento de Avaliação da FDUL.

11. Bibliografia principal:

I

Bibliografia de Base

MIRANDA, Jorge - **Fiscalização da Constitucionalidade**. Coimbra: Almedina, 2017.

MORAIS, Carlos BLANCO de - **Justiça Constitucional** - Tomo I, 2.ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2007.

Justiça Constitucional - Tomo II, 2.ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2011.

II

Bibliografia Recomendada

CANOTILHO, J. J. GOMES - **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**, 7.ª ed. Coimbra: Almedina, 2004.

SOUSA, Marcelo REBELO de - **O Valor Jurídico do Acto Inconstitucional**. Lisboa: Cognition, 1989.

OTERO, Paulo - **Ensaio sobre o caso julgado inconstitucional**. Lisboa: Lex, 1993.

MEDEIROS, Rui - **A decisão de inconstitucionalidade**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 1999.

NOVAIS, Jorge REIS - **Sistema Português de Fiscalização da Constitucionalidade**. 2.ª ed. Lisboa: AAFDL, 2019.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

VALLE, Jaime – **A Fiscalização Preventiva no Sistema Português de Controlo da Constitucionalidade**. Coimbra: Almedina, 2021.

CANAS, Vitalino - **Os Processos de Fiscalização da Constitucionalidade e da Legalidade pelo Tribunal Constitucional**. Coimbra: Coimbra Editora, 1986.

KOSTA, E. KAFFT - **Sistemas de Governo na Lusofonia – Zonas e Relações de Poder**. reimp. Lisboa: AAFDL Editora, 2019.

KOSTA, E. KAFFT - O Recurso de Amparo e o seu Lugar no “Direito Constitucional Lusófono”. **Direito em Movimento: Um outro Direito é possível** [em linha]. vol. 21: 1 (2023) pág. 56-78, actual. Junho 2023. [consult. 12 Junho 2023]. Disponível em WWW:<URL://<https://ojs.emerj.com.br/index.php/direitoemmovimento/article/view/470>>. ISSN 2238-7110.

KOSTA, KAFFT - Precedentes Persuasivos em Matéria Constitucional: uma reflexão crítica (artigo em vias de publicação).

KOSTA, KAFFT - O Controlo Preventivo da Constitucionalidade no Ordenamento Jurídico Português, *de iure condito et de iure condendo* (artigo em vias de publicação).

KOSTA, KAFFT - O Controlo Sucessivo Abstracto da Constitucionalidade no Ordenamento Jurídico Português, *de iure condito* (artigo em vias de publicação).

KELSEN, Hans - La Garantie Juridictionnelle de la Constitution (La justice constitutionnelle). In **Revue du Droit Public**, 1928, p. 197 ss.

BARROSO, Luís Roberto - **O Controlo da Constitucionalidade no Direito Brasileiro**, 8.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

12. Observações:

(máximo 1000 caracteres)

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

2026/2027

Course Master in Law and Legal Practice

1. Curricular Unit Name:

Constitutional Justice

2. Complementary Information:

Duration: Semester ☒ Annual ☐

Work hours: _____

Credits ECTS: _____

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

KAFFT KOSTA

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

None.

5. Learning outcomes of the curricular unit:

The aim is to prepare students to fully master Constitutional Procedural Law (primarily), both in theory and in practice, in the following areas:

1. An overview of systems for reviewing constitutionality;
2. The concept of unconstitutionality and its various types;
3. The issue of persuasive precedents in constitutional matters;
4. Effects of a declaration of unconstitutionality by the Constitutional Court (vitiation, invalidation, and sanctions);
5. Effects of decisions by other courts regarding constitutionality;
6. The relationship between, on the one hand, a-liberal and illiberal constitutionalism and, on the other, constitutional justice;
7. The status and mission of the Judge of the Constitutional Court amid pressures that undermine their legitimacy (political, social, and judicial).

6. Syllabus:

Key Topics of the Course:

- A) Persuasive Precedents in Constitutional Law
- B) A-liberal and Illiberal Constitutionalism and Constitutional Justice.
- C) The Justice of the Constitutional Court Amid Delegitimizing Pressures (Political, Social, and Judicial).



Development of the Course's Key Topics

A) Persuasive Precedents in Constitutional Matters

aa) Notable topics within this theme:

- 1.1 Fundamental constitutional principles.
- 1.2 The Constitutional Court and the binding vertical effect of its decisions.
- 1.3 Comparative Constitutional Law and Precedents.
- 1.4 Separation of powers or frenzied judicial overreach?
- 1.5. National courts (especially the Constitutional Court) and the Court of Justice of the European Union (CJEU):



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

1.5.1. Mandatory preliminary rulings by the CJEU.

B) A-liberal and illiberal constitutionalism and constitutional justice.

aa) Key topics within this area:

1.1. National constitutional courts, the CJEU, the European Court of Human Rights (ECHR), and the dialogic network for the protection of democratic values and principles.

1.2. Is the Constitutional Court a weapon of preventive self-defense against anti-democratic actors?

1.3. The boundaries of constitutional justice.

C) The Constitutional Court Justice Amid Delegitimizing Pressures (Political, Social, and Judicial).

aa) Key topics within this theme:

1.1. Mechanisms for appointment to the position of Justice on a Constitutional Court: an inventory of solutions drawn from comparative law. Critique.

1.2. The organizational structure of the Constitutional Court: an inventory of solutions drawn from comparative law. Critique.

1.3. The organization of the constitutional justice system: an inventory of solutions drawn from comparative law. Critique.

1.4. The ad extra independence of the constitutional judge.

1.5. The Constitutional Court at a crossroads, 107 years after the Austrian Constitution of 1920 and the enshrinement therein of the Kelsenian Model of Constitutional Justice.



COMPLETE COURSE SYLLABUS

I

Overview of Systems for Reviewing Constitutionality (a brief comparative law perspective: U.S.; Austria; France; Portugal; Brazil)

II

The Concept of Unconstitutionality and Its Types (Introduction)

1. Constitutional Guarantee and Means of Ensuring Constitutionality

2. Guarantee of the Constitution and Guarantee of Constitutionality

3. Guarantee and Review

4. Premises of the Classical Theory of Unconstitutionality

5. Topics on the Parametric Value of the Constitution

5.1. Defining the Problem

5.2. The Specific Case of Article 277(1) of the CRP

5.3. Fundamental Rights and Constitutional Review (Juicio de



Amparo? Verfassungsbeschwerde?)

5.4. Archetypes of Parametricity (Direct, Interposed, and Presupposed)

6. Unconstitutionality of Constitutional Provisions?

6.1. Question to Otto Bachof

6.2. The Timeline of Portuguese Doctrine

7. Types of Unconstitutionality

7.1. Unconstitutionality by action and by omission;

7.2. Total and partial unconstitutionality;

7.3. Formal, organic, and material unconstitutionality;

7.4. Original and supervening unconstitutionality;

7.5. Antecedent and consequent unconstitutionality;

7.6. Present and past unconstitutionality.

8. Review of Constitutionality: Types and Reference Criteria

8.1. Political Review and Judicial Review

8.2. Diffuse Review

8.3. Concentrated Review

8.4. Review of Acts (which acts?) vs. Review of Norms (what is the concept of a norm?)—[Decisions 26/85 and 80/86—functional concept of a norm; Decision 1058/96—external normative effectiveness as a requirement for review]

8.5. Incidental Review of Constitutionality

8.6. Principal Review of Constitutionality

8.7. Preventive (Abstract) Review

8.8. Subsequent Abstract Review

8.9. Subsequent Concrete Review [prerequisites for admissibility: Dec. 155/2000; Dec. 446/2000 – surprise decision; Dec. 362/2000 – untimeliness of the appeal]

8.9.1. Procedural Process of the Constitutional Appeal

8.10. The Portuguese Model (summary)

8.11. Review of Unconstitutionality by Omission (the Portuguese and Brazilian models)

8.12. Review of the Illegality of Legislative Acts

III

Persuasive Precedents in Constitutional Matters



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 9. Fundamental constitutional principles.
- 10. Comparative law.
- 11. The Constitutional Court and the binding vertical effect of its decisions.
- 11.1. National courts (especially the Constitutional Court) and the Court of Justice of the European Union (CJEU):
- 11.2. Mandatory preliminary rulings by the CJEU.
- 12. Separation of powers or frenetic judicial ultra-activism?

IV

Effects of a Declaration of Unconstitutionality by the
Constitutional Court (vice, invalidity, and sanction)

- 12. In the Context of Preventive (Abstract) Review – Critical Reflections
- 13. In the Context of Subsequent Abstract Review (Radical nullity? Atypical nullity? Manipulative judgment?) – Critical Reflections
- 13.1. The Temporal Modulation of the Sanction.
- 13.2. The Decision with Additive Effects
- 13.3. The Interpretive Decision Upholding the Claim (qualitative partial unconstitutionality)
- 13.4. The interpretive decision upholding the appeal (the topos of interpretation in accordance with the Constitution).

V

Effects of Decisions by Other Courts (Other Than the Constitutional Court) on Matters of Constitutionality

VI

A Handbook of Constitutional Hermeneutics

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

Students must fully understand: systems of constitutional review from the perspective of comparative law; mechanisms for constitutional review within the Portuguese legal system; the concept of unconstitutionality and its various forms; types of review; the effects of a pronouncement or declaration of unconstitutionality by the Constitutional Court, as well as the effects of decisions by other courts regarding constitutionality; the issue of precedent in constitutional matters; the challenges that a-liberal and illiberal constitutionalism pose today to constitutional justice; the status and mission of the Justice of the Constitutional Court amid pressures aimed at undermining its legitimacy (political, social, and judicial).

8. Teaching methodologies (including evaluation):

- 1. The first part of each class will consist of a theoretical lecture on the scheduled topics;
At the end of each seminar, there will be discussions, student presentations, and other interactive activities.
- 1. A Moot Court will be held on a simulated constitutional review case, with roles assigned among the class according to the basic structure and functioning of a Constitutional Court (in a Chamber or in Plenary Session).

9. Evaluation:

The following are the specific weights of the assessment components:

- a) Attendance is required, in accordance with the Assessment Regulations, for at least half of the classes held. Failure to meet this requirement will result in the student not being admitted to the written exam.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

b) Attendance + Class participation (including presentation of assignments, answering questionnaires, and discussion): 50%;

d) Final written exam. This exam is mandatory and accounts for 50% of the final grade.

10: Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

- Lectures (using a wide variety of media: oral, written, and multimedia presentations) — Objectives 1 through 7;
- Presentation and discussion of case studies (in Moot Court training, in the form of commentary on judicial decisions, resolution of practical cases, or debate on technically relevant topics) in the classroom with student participation — Objectives 1 through 7.
- The learning objectives are consistent with the methods outlined in the FDUL Assessment Regulations.

11: Main Bibliography:

I
Basic Bibliography

MIRANDA, Jorge - **Fiscalização da Constitucionalidade**. Coimbra: Almedina, 2017.

MORAIS, Carlos BLANCO de - **Justiça Constitucional** - Tomo I, 2.^a ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2007.

Justiça Constitucional - Tomo II, 2.^a ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2011.

II
Recommended Bibliography

CANOTILHO, J. J. GOMES - **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**, 7.^a ed. Coimbra: Almedina, 2004.

SOUSA, Marcelo REBELO de - **O Valor Jurídico do Acto Inconstitucional**. Lisboa: Cognition, 1989.

OTERO, Paulo - **Ensaio sobre o caso julgado inconstitucional**. Lisboa: Lex, 1993.

MEDEIROS, Rui - **A decisão de inconstitucionalidade**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 1999.

NOVAIS, Jorge REIS - **Sistema Português de Fiscalização da Constitucionalidade**. 2.^a ed. Lisboa: AAFDL, 2019.

VALLE, Jaime - **A Fiscalização Preventiva no Sistema Português de Controlo da Constitucionalidade**. Coimbra: Almedina, 2021.

CANAS, Vitalino - **Os Processos de Fiscalização da Constitucionalidade e da Legalidade pelo Tribunal Constitucional**. Coimbra: Coimbra Editora, 1986.

KOSTA, E. KAFFT - **Sistemas de Governo na Lusofonia – Zonas e Relações de Poder**. reimp. Lisboa: AAFDL Editora, 2019.

KOSTA, E. KAFFT - O Recurso de Amparo e o seu Lugar no “Direito Constitucional Lusófono”. **Direito em Movimento: Um outro Direito é possível** [em linha]. vol. 21: 1 (2023) pág. 56-78, actual. Junho 2023. [consult. 12 Junho 2023]. Disponível em WWW:<URL://<https://ojs.emerj.com.br/index.php/direitoemmovimento/article/view/470>>. ISSN 2238-7110.

KOSTA, KAFFT - Precedentes Persuasivos em Matéria Constitucional: uma reflexão crítica (artigo em vias de publicação).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

KOSTA, KAFFT - O Controlo Preventivo da Constitucionalidade no Ordenamento Jurídico Português, *de iure condito et de iure condendo* (artigo em vias de publicação).

KOSTA, KAFFT - O Controlo Sucessivo Abstracto da Constitucionalidade no Ordenamento Jurídico Português, *de iure condito* (artigo em vias de publicação).

KELSEN, Hans - La Garantie Juridictionnelle de la Constitution (La justice constitutionnelle). In **Revue du Droit Public**, 1928, p. 197 ss.

BARROSO, Luís Roberto - **O Controlo da Constitucionalidade no Direito Brasileiro**, 8.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

12: Remarks:

(maximun 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.